



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Pré Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(s/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

APARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidão – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlik: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de política educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCEnte NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCEnte EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): **Pierre André Garcia Pires**)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): **Regina Coeli Machado e Silva**)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): **Rosane Castilho**)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): **Silvio Carlos dos Santos**).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): **Sorinéia Goede**).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): **Tarcio Leal Pereira**).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): **Thais Weiller**).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): **Wanirley Pedroso Guelfi**).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): **Camila Itikawa Gimenes**).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): **Adriana Márcia Prado de Araújo et alii**).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): **Patrícia Santos Fonseca et alii**).

AValiação em LARGA ESCALA: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): **Rivanda dos Santos Nogueira et alii**).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): **Cláudio Renato Moraes da Silva**).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): **Domiciane Araújo Azevedo**).

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguay e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo institucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVA POPULAR COMO ESTRATÉGIA PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

NOVAES, Francisco Antonio Maciel. Graduado em Administração, coordenador da Incubadora de Negócios de São José dos Campos. famn@uol.com.br

BRISOLA, Elisa M. Assistente Social e Prof. Doutora da Universidade de Taubaté. elisabrisola@uol.com.br

RESUMO:

O presente trabalho objetiva compreender em que medida as cooperativas populares contribuem para a emancipação humana, geração de trabalho e renda no contexto das transformações do mundo do trabalho operadas no Brasil no final do século XX com a consequente diminuição dos postos de trabalho. A Economia Solidária surge, assim, como uma estratégia de sobrevivência. Cooperativas populares emergem no cenário brasileiro com o objetivo de gerar emprego e renda para os trabalhadores “disfuncionais” ao mundo do trabalho. Universidades, por sua vez, assumem papel importante no sentido de estimular e oferecer subsídios teóricos, metodológicos e políticos para esses grupos. Para a realização deste estudo, realizou-se uma pesquisa em duas incubadoras: uma na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outra na Universidade de São Paulo (USP). A metodologia da pesquisa é qualitativa, com uso da História Oral. Foram realizadas entrevistas e gravada as narrativas a partir de um roteiro prévio com duas cooperadas que participam das ações oferecidas pelas incubadoras e dois gestores responsáveis pelas incubadoras. Buscou-se conhecer a trajetória de vida e as experiências sociais dos sujeitos da pesquisa. As conclusões aproximativas demonstram claramente que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm um importante papel social na vida de muitas (os) trabalhadoras (es) brasileiras (os), na medida em que possibilitam a autonomia do ponto de vista da renda, ainda que pouca, e colocam no horizonte novas formas de consciência e organização da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular; Economia Solidária; Cooperativa Popular; Emancipação Humana.



INTRODUÇÃO:

Esse trabalho é parte da dissertação de mestrado “A Economia Solidária como estratégia para a emancipação humana” cujo objetivo foi compreender se as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares contribuem com orientação, formação, acesso a recursos financeiros ou econômicos, públicos ou privados, e com parcerias junto às instituições governamentais ou não governamentais, para a autonomia e a geração de trabalho e renda aos trabalhadores.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), com base na Economia Solidária, apontam para a interação entre Universidade, Instituições Públicas e Privadas e Sociedade. Surgem no cenário brasileiro a partir dos anos 90 do século XX, como uma estratégia de autonomia com a geração de emprego e renda para os trabalhadores disfuncionais ao mundo do trabalho no contexto de crise do capital.

A Economia Solidária no Brasil está conquistando visibilidade não só com trabalhos científicos em universidades por meio de cursos de graduação, extensão e pesquisa, como também com movimentos populares e experiências de políticas públicas compostas por ações coletivas e autogestionárias. Sua prática tem conduzido a sociedade a uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não no capital. Sua base é associativa e cooperativa, voltada para o modo autogerido e tem como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Para compreender em que medida as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares respondem às demandas dos trabalhadores cooperados levantou-se as experiências dos trabalhadores e gestores de incubadoras populares; identificou-se em quais aspectos as incubadoras de cooperativas populares possibilitam a autonomia e a geração de renda e trabalho; e se analisou a relação entre as transformações do mundo do trabalho na década de 90.

1. As mudanças do mundo do trabalho e suas repercussões na vida do trabalhador.

Antes de iniciar os processos que levaram às mudanças do mundo do trabalho, há que se entender o que é trabalho. Conforme Marx (1983 apud LESSA, 2007, p. 131), “trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”.



Nessa concepção, o trabalho constitui o homem e ao mesmo tempo é constitutivo do homem. Assim, é inconcebível pensar o homem sem o trabalho à medida que o trabalho é toda atividade humana realizada em conformidade às necessidades humanas.

O final do século XX presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção, na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Ocorreram várias mudanças, dentre elas, o grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica, que invadiram o universo, conforme Antunes (1998, p. 16-22; 31-32).

Para Antunes (1998), esses novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série e de massa* são substituídos pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Segundo Antunes (1998), essas formas transitórias de produção produzem desdobramentos no que diz respeito aos direitos do trabalho, ou seja, estes são desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

Fica claro que todo esse cenário de transformação ocorre para fortalecer o capital e o processo de acumulação, produzindo, como consequência, uma nova realidade composta por desemprego estrutural e distanciamento pleno de qualquer alternativa além do capital.

Essas estratégias e transformações chegam ao Brasil no final do século XX.

Para Antunes (2006, p. 17),

[...] foi durante a década de 80, que ocorreram no Brasil, os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*, germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica.

Entende-se que todas essas tendências e mudanças apresentadas levaram ao desemprego estrutural e a desigualdades entre pessoas e países.

Para enfrentar essa realidade, a Economia Solidária se apresenta como estratégia. Para Barbosa (2007, p. 144), “nesse universo agressivo do capital mundializado, a fragilização social dos trabalhadores aparece como problema que pode ser enfrentado pela economia solidária”. A autora continua: “a economia solidária indica um campo de



socialização capaz de favorecer a agregação e humanizar a vida coletiva, dando sentido à inserção social dos indivíduos.”

A evolução tecnológica, destruição do meio ambiente e o desequilíbrio ecológico, não coincide com o bem coletivo.

Segundo Barbosa (2007, p. 30),

[...] em termos mundiais, esse processo penalizou o trabalho, diminuindo ou extinguindo conquistas sociais de controle público sobre o seu uso. Além disso, levou a uma redução dos próprios postos de trabalho, em decorrência da modernização tecnológica com restrição ao trabalho vivo. Daí decorreu a forte desestruturação do mercado de trabalho, alavancada pela precarização do emprego e pela elevação das taxas de desemprego, o que deu uma nova legitimidade ao trabalho informal.

No Brasil, a tendência se confirmou nos processos de privatização de organismos estatais e abolição da reserva de mercado. Mas, contrariamente, segundo Moran (1993), esbarra em outras medidas de nítida intervenção estatal como a dos sucessivos planos heterodoxos de controle da economia para conter a inflação.

Conforme Berhing e Boschetti (2008), “as pressões para uma reconfiguração do papel do Estado capitalista nos 1980 e 1990, e seus impactos para a política social, estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970”.

Nos ciclos de reprodução do capital pode-se perceber um incremento tecnológico, o qual engendra primeiro, pela via da convergência tecnológica, uma possibilidade de nivelamento e, na sequência, de queda da taxa de lucros, em função da diminuição do diferencial de produtividade do trabalho.

Nessa discussão ressaltamos Barbosa (2007, p. 48), quando cita: “é claro que a alternativa à crise pela via da desvalorização da força de trabalho é uma receita conhecida na história do capitalismo”. A autora continua: “a expansão do capital ao longo desses séculos não só extinguiu formas econômicas não aceitas aos interesses de acumulação, mas também subordinou formatos sobreviventes a sua lógica mercantil”.

Barbosa (2007, p. 48) refere-se “aos modelos de organização e regulação social, ainda não homogêneos, e indaga “sobre práticas econômicas não convencionais ao formato capitalista e sobre sua participação nas relações sociais de seu tempo”. Sobre essa indagação, a autora cita duas alternativas: 1) as atividades de subsistência que pouco interessam ao capital; 2) as atividades informalizadas que baixam os custos do trabalho, conformando uma atualizada e rentável maneira de acumulação capitalista, de modo subordinado” (p. 48).

Ficou claro que nos últimos anos do século XX, o mundo passou por mudanças, com a presença do desemprego estrutural, reestruturação do capital, redução dos postos



de trabalho em decorrência da modernização tecnológica, especialização flexível, diversificação de produtos presença de tecnologia informacional e microeletrônica, produção horizontal por contratação de terceiros, valorização do capital por meio da inovação que permite fragilização e exploração do trabalho. Diante dessas mudanças. A Economia Solidária pode apresentar um modo de produzir diferente a lógica do capital.

2. Economia Solidária como estratégia.

A Economia Solidária surge no cenário brasileiro na década de 1990, estimulada por entidades civis e governamentais voltadas para programas de geração de renda e trabalho, portanto, como uma estratégia de sobrevivência diante da crise do emprego. Barbosa (2007, p. 89) chama a atenção quanto ao formato jurídico-institucional que é “assumido como cooperativa ou associação autogerida”.

Aqui chama a atenção o fato de considerar cooperativa ou associação autogerida, contradizendo a consideração de uma propriedade como individual, como base para acumulação de capital.

Para Barbosa (2007, p. 21),

[...] a desocupação, a baixa qualidade dos empregos e a desproteção social como consequências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação provocam graves danos sociais aos trabalhadores do centro e periferia capitalistas. Deles decorre a iniciativa de constituir práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados, iniciativa que na parte latina das Américas, recebeu o nome de *economia solidária*.

Percebe-se que os trabalhadores buscam por alternativas e iniciativas que gerem trabalho e renda.

Sobre cooperação e solidariedade na economia, Singer (2002, p. 9) afirma que “os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”. O autor reforça que “economia solidária são ações econômicas realizadas em sistema de autogestão através de cooperativas ou associações, tanto no campo como nas cidades”.

Para Barbosa (2007, p. 23), “o trabalho associado em economia solidária aparece como uma das respostas à nova sociabilidade imposta pelo capital”. Fica claro que a experiência de economia solidária apresenta-se como mudança. Nesse sentido, Barbosa (2007, p. 23) aponta que a economia solidária “situa-se numa das veredas dessas mudanças societárias, quando o Estado se descompromete com a ainda incipiente



perspectiva social de universalização de direitos, entre eles o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que ensaia maior apoio às iniciativas de auto-emprego”.

Para a autora também é claro que a economia solidária apresenta-se como uma alternativa capaz de superar até a exploração social. Conforme Barbosa (2007, p. 24), “a Economia Solidária apresenta-se com uma alternativa, uma experiência a ser utilizada junto à população que se encontra desprotegida de direitos e de oportunidades de trabalho formal”.

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, referente ao que é preciso para viver. Forma de trabalho que ocorre sem exploração da força de trabalho, querer levar vantagem sobre os outros e destruição do ambiente. É uma forma de trabalho que procura a cooperação, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (BRASIL, 2010).

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nacional:

A economia solidária é um movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, buscando novas relações (sociais, econômicas e ambientais. (SEBRAE, 2010).

O desenvolvimento territorial que busca expandir com base na economia solidária leva em conta que seu crescimento necessita do envolvimento das pessoas: de forma associativista e cooperativista (cada um contribuindo com o seu melhor, com o que é possível dentro de seus parâmetros).

Singer (1987) define Economia Solidária “como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”.

Barbosa (2007, p. 97) cita que a economia solidária apresenta indicadores comuns que são:

Autodenominação de cooperativa ou associação/empresa autogestionária; distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos; gestão democrática por meio de fóruns coletivos de tomada de decisão como assembléias; conselhos e reuniões, bem como eleição da diretoria a partir do preceito “cada homem um voto”; existência legal definida em estatutos e normas em assembléia dos associados.

Fica clara a contradição da economia solidária com o capitalismo. Barbosa (2007) reforça a economia solidária considera o preceito de cada homem um voto para eleição de uma diretoria, enquanto que no capitalismo considera-se a quota de capital.



Entendemos que os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa, conforme Singer (1987).

Para Barbosa (2007, p. 135), "a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar a solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestor".

Para Barbosa (2007, p. 158)

As ITCPs são vinculadas à área de extensão das universidades. A idéia deriva da experiência de incubagem de empresas – adequada, no caso, ao cooperativismo popular, visa dar infraestrutura, assessoria e capacitação para estruturar cooperativas populares criadas por iniciativa de trabalhadores desempregados ou em situação de precarização.

Nas incubadoras de cooperativas populares, segundo a autora, é recorrente a presença de trabalhadores da periferia com pouca formação escolar e profissionalizante. Para Barbosa (2007, p. 152), "desconstrução do mando e da subjugação fordista precisam ser encarados como um processo de desalienação do trabalhador". Para ela (p. 153), "as incubadoras contribuem, através do estímulo à autogestão, com o desafio de levar as cooperativas ao sucesso".

Diante do exposto, entendemos que a economia solidária apresenta-se no cenário brasileiro como estratégia para a emancipação humana e que é estimulada pelas entidades civis e governamentais, voltada para programas de geração de renda e trabalho. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgem como tecnologia social, estimulando a formação de cooperativas com base na autogestão e na participação coletiva. Considera cada homem um voto. Estratégia essa que contradiz a lógica do capital ao valorizar o homem e não o capital. Compreendê-la se faz necessário.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Para estudar o tema desse trabalho, utilizou-se as "fontes orais" como forma de aproximação às experiências dos sujeitos. A área de realização da pesquisa foram as Incubadoras de Cooperativas Populares, localizadas na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para esse trabalho, de natureza qualitativa, contou-se narrativas de quatro (4) sujeitos: dois (2) da Incubadora do Rio de Janeiro e dois (2) da Incubadora de São Paulo,



sendo um (1) gerente e um (1) participante (cooperado) de cada projeto. Agendou-se as entrevistas para gravar as narrativas dos sujeitos em mídia (gravador de som) de computador (lap top), na sala de reunião das incubadoras. Na abordagem qualitativa a relação estabelecida é de: sujeito-sujeito e não sujeito-objeto.

Conforme Martinelli (1999, p. 21) “os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito”. Ressaltamos que Martinelli (1999, p. 22) parte de uma “perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é outro elemento muito importante – **o contato direto com o sujeito da pesquisa**” (grifos meus).

O uso da História Oral, quando do contato com o sujeito da pesquisa, permite uma superação aos questionários e formulários. Para Martinelli (1999, p. 22), esse método “trata-se, portanto, de outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade”.

De acordo com Martinelli (1999, p. 22), “se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas.” Sobre o modo de vida, Martinelli (1999, p. 23) traz para a discussão, afirmando que “é um conceito que foi introduzido pelo historiador inglês contemporâneo Edward Thompson, que nos mostra que o modo de vida é, exatamente, o modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida”. Para Martinelli (1999, p. 23), essa construção “envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas que remete ao próximo pressuposto”.

Entendemos a partir de Martinelli (1999, p. 22-23) que “é preciso buscar os significados de vivências dos sujeitos. Procurar não operar com pressuposições em relação aos significados, tratando de desvendá-los na relação com o sujeito. A realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos. Esse é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral. É preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. É aproximar de significados, de vivências, pois não trabalhamos com mostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa”.

4. A percepção dos sujeitos sobre as cooperativas populares

4.1. As narrativas do sujeito 1- cooperada da incubadora da Universidade de São Paulo



O sujeito 1 conheceu a Economia Solidária pela Incubadora da USP, trabalho associativo/livre, e percebeu a possibilidade de obter trabalho e renda, associando-se aos demais trabalhadores. Essa nova visão sobre o trabalho permitiu que tomasse consciência acerca de como o trabalho nos moldes das empresas capitalistas produz estranhamento, ou seja, o produto do trabalho é estranho ao trabalhador na medida em que este não usufrui do fruto de seu trabalho e descobriu a Economia Solidária como estratégia de autonomia e geração de renda.

[...] ia haver um encontro com mulheres da Economia Solidária, e eu não conhecia a Economia Solidária e aí ela fez o convite para participar desse grupo [...] para geração de rendas e que ia vir o pessoal da USP. (grifo nosso)

Percebemos que o sujeito 1 teve vontade de se transformar, de mudar sua forma de trabalhar, de modo que sua vida não ficasse à mercê de outros. Merecem destaque as experiências vividas pelo grupo inicial em diversas tentativas de trabalho:

Por ser uma incubadora, uma faculdade super- conhecida. Aí eu fui, por curiosidade, para conhecer o que? O trabalho que eles iam desenvolver, [...] e aí eles falaram que era um trabalho na Economia Solidária ... (grifo nosso)

A narrativa aponta para a importância de pertencer a um grupo de Economia Solidária quando recebeu doações de indústrias e de pessoas. Explica o quanto o processo de criação, produção e circulação de mercadorias é complexo quando se deseja fugir da lógica capitalista *stricto sensu*.

O sujeito conheceu os benefícios para a comunidade como a possibilidade das mulheres participarem e contar com o apoio dos vizinhos como acontecia na Bahia. Associamos a narrativa do sujeito 1 ao pensamento de Marx, quando diz que: “de imediato o operário não é capaz de reverter o quadro porque se encontra alienado”, conforme Barbosa (2007, p. 152). Vejamos: [...] **os benefícios prá comunidade**, da mulher não ter que sair de casa, deixar os filhos, que antes na minha época a minha mãe saía deixava a gente com os vizinhos, os vizinhos cuidava dos filhos dos vizinhos, um vizinho cuidava do outro, hoje os vizinhos não fazem mais isso, entra aquela coisa da mãe ter que trabalhar e cuidar dos filhos que fica solto nas ruas e entra essa questão da mulher está próxima de casa, formar um grupo próximo de casa pra trabalhar a questão da mulher ficar próxima de casa e ao mesmo tempo cuidar dos filhos. Os grupos da **Economia Solidária não exige que você fique todos os dias da semana. Aí é uma coisa que deu certo prá mim...** (grifo nosso)

A narrativa apresenta a importância de participar de uma Incubadora de Cooperativa quando cita: “[...] não exige que você fique todos os dias da semana. Aí é



uma coisa que deu certo prá mim, tanto para as outras.[...] Aí tinha algumas que disponibilizava prá ir vender e o grupo assumia a parte de pagar a comissão”.

Fica claro nas narrativas que a incubadora estimula o cooperativismo, que foca o homem e não o capital, que utiliza o conceito de Economia Solidária. Singer (2002, p. 9) cita que: “só pode realizar economia solidária se essa economia for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”. O autor faz questão de reforçar igualitariamente ao continuar: “A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

A sujeito 1 relatou a história de uma integrante da cooperativa que não sabia utilizar o ônibus de transporte pelo fato do marido não permitir. O sujeito vivenciou a experiência de ajudar a cooperada, explicando e ensinando como utilizar o transporte de sua residência até a base da cooperativa.

Observa-se que a participação na cooperativa, além de favorecer um ganho financeiro, permitiu também um ganho subjetivo às participantes, no que tange à forma de se posicionar em relação ao marido e em relação à vida propriamente dita. Percebemos um ganho de autonomia possibilitada pela participação no grupo. Ressalta-se a questão da subjetividade com o aumento da consciência pelo envolvimento crítico. Amautuzzi (2006, p. 94). refletindo sobre a ciência e a consciência, afirma que “a ciência se refere a um conhecimento objetivo, cercado de todas as garantias de segurança. É uma aproximação meramente racional da realidade; isenta. É um saber o objeto. Já a consciência é um saber que se sabe, ou melhor, é o saber-se de um saber.”

A sujeito 1 continua sua narrativa:

[...] a incubadora nos ajudou [...] da condução que era prá o grupo ser conhecido aqui [...] era uma coisa assim... (grifo nosso)

A sujeito 1 narra que na Economia Solidária não existe salário, existe retirada e liberdade para o trabalho. Existem benefícios, como o projeto de liberação de recursos financeiros, para apoiar a Incubadora, aprovado pelo Banco Real.

A Incubadora permitiu que houvesse uma transformação em sua vida, como deixar de ser tímida, encorajar a falar em público, obter novos conhecimentos, participar de cursos como o de agente local, pesquisa de vendas, sobre como participar em reuniões e participar de redes como a Rede de Economia Solidária.

Novamente evidenciam-se os ganhos subjetivos que a cooperativa trouxe às cooperadas, indicando que o trabalho associado e livre permite tais aquisições, ou seja, o trabalho não é mais estranho ao trabalhador, ao contrário, faz sentido para ele. No que se



refere ao ganho subjetivo, conforme Amatuzzi (2006, p. 95)”[...] subjetividade é o âmago mais profundo da experiência, e não é possível apenas conhecê-la objetivamente. Para conhecê-la preciso sair da relação sujeito-objeto, preciso aceitar que nesse caso pensamento, sentimento e decisão estão indissociavelmente ligados, preciso aceitar também que o caminho em direção a ela é um caminho de envolvimento pessoal.”

A sujeito 1 relatou-nos as suas impressões sobre a economia solidária:

Economia solidária não existe pagamento ou salário. É a retirada e que a gente começou a ter uma retirada maior.

Na narrativa acima fica claro que não há pagamento, mas sim retirada. A Economia Solidária, por ser um modo de produção, produz uma classe trabalhadora possuidora de capital por igual, que, segundo Singer (2002, p. 10), “o resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estáveis de redistribuição solidária da renda”.

Vejam os outros trechos:

[...]Eu era muito tímida, muito, tinha vergonha de falar, eu tinha vergonha de falar em público, [...] houve alguns cursos pela incubadora. [...] Eu fiz curso de empreendedorismo, de pesquisas de vendas.. [...] Mudou muito assim na minha vida. Eu as vezes me pergunto? Por que que eu continuo na Economia Solidária? Porque é um trabalho prazeroso, você sai, você vê a transformação nas mulheres que entraram, muitas mulheres entraram e saíram, mas entraram de cabeça baixa e saíram de cabeça erguida. Hoje temos uma mulher que ela não conhecia nada da cidade de São Paulo, vivia na cidade de São Paulo, mas não sabia tomar um ônibus pra vim aqui, pro campo Limpo, e hoje ela desenvolveu um outro trabalho de vendas, também, mas é assim capacita a pessoa a saber que é capaz, entendeu. Na minha vida, digo.... (grifo nosso)

A entrevistada relata em sua narrativa que percebeu o momento do grupo seguir o caminho independente da Incubadora, que chegou a hora do grupo “caminhar com suas próprias pernas”. Esse é o momento de autonomia, momento no qual entende que obteve o conhecimento e vivência coletiva e decide caminhar correndo seus próprios riscos.

O entrevistador sentiu que as pessoas precisam acreditar na Economia Solidária, a qual tem potencial transformador, que proporciona felicidade e que ajudou muito a sujeito 1 em sua vida:

[...]. A economia Solidaria é um princípio lindo, acontece, existe, é uma coisa real. O que falta, é interesse, principalmente das pessoas do grupo, [...] entende? (grifo nosso)



Pelos trechos analisados entendemos e que a Economia Solidária se apresentou uma nova forma de se organizar: na sociedade, para o trabalho e para a geração de renda, produzindo transformações como:

Consciência crítica; Vontade de se transformar, mudar de vida para não ficar a mercê dos outros; Acesso a doações de matéria-prima de indústrias e pessoas, para produzir seus produtos de forma coletiva; Liberdade de criação, produção e circulação de mercadorias geridas pelo grupo; Trabalho coletivo; Ambiente para troca de experiências e crescimento mútuo; Apoio dos vizinhos, como olhar e cuidar de seus filhos, para poder participar da cooperativa; Ajuda e contribuição mútua; Obtenção de retiradas e não salários; Liberdade para o trabalho; Acesso a recursos públicos ou privados por meio de projetos elaborados pela cooperativa ou incubadora; Encorajamento para falar em público; Estímulo para obter novos conhecimentos; Participação nos cursos oferecidos pela Universidade e parceiros; Participação nas redes e da rede de economia solidária; Envolvimento com as pessoas e aprendizagem coletiva.

4.2. Narrativa do sujeito 2- cooperada da incubadora do Rio de Janeiro

A cooperativa em si, eu até vou tirar esse rótulo é uma cooperativa da maré. Cooperativa é do município do Rio de Janeiro, é do Brasil, é do mundo, até desvinculei isso porque as pessoas rotulam as comunidades. Elas rotulam as coisas...

Para a sujeito 2, a cooperativa da Maré não é do local, é do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo. É formada pela comunidade, pela união das pessoas.

A narrativa da sujeita reforça a entrevista de Singer (2008, p. 289-290) onde explica que economia solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. Em sua entrevista, Singer (2008) explica que autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. A entrevista de Singer esclarece a narrativa do sujeito 2.

Entendemos pela narrativa da sujeita 2 que pertencer e participar de uma comunidade facilita o caminho para se alcançar benefício coletivo. Fica evidente o significado de “comunidade” e do conceito da Economia Solidária:



A gente era muito **unido**, um grupo, e foi nesse período que nós **trouxemos** a vila olímpica para maré, centro de cidadania, região administrativa já existia, a gente conseguiu esses postos de saúde. (grifo nosso)

Fica claro que as conquistas na comunidade foram alcançadas pela união quando diz que “nós trouxemos a Vila Olímpica para a Maré, o Centro de cidadania, postos de saúde”. Percebe-se que se não tivesse a cooperativa da Maré, não fosse o princípio da união, esses benefícios seriam difíceis de serem alcançados.

Sobre a coletividade e a Economia Solidária, Buarque (2010) enfatiza que “economia solidária é um pleonismo, porque a prática econômica, na sua origem, é social, coletiva, ao contrário do que a economia capitalista (não solidária) pratica, enfatizando o individualismo, a exploração, a competição”.

A narrativa demonstra que o sujeito se sente cidadão e integrante de uma comunidade.

O sujeito se sente, cidadão, tem proximidade com o Estado e se apropria dos serviços públicos. Observemos outro trecho:

[...] a gente foi criando essa cultura da polícia e comunidade ser mais próxima, que a função deles não é dar tiro. Lá dentro tem psicólogos, tem sociólogos, tem assistente social, o comandante Araldo da PM é filósofo, do Rio de Janeiro [...] Então a gente foi mudando essa cultura. Então agente conseguiu trazer muitos bens, à própria construção do conjunto Beto Ribeiro. No entanto que, quando a gente recebeu não tinha nem luz, hoje é iluminada, é asfaltada, tem uma associação de morador que é o centro comunitário muito bonito, feito todo de tijolinho, há rede de esgoto. Então, assim, nós pintamos o conjunto Esperança, o conjunto dos Pinheiros, é uma articulação junta, então eu acho assim que a categoria tem que tá unida.

Destacamos ainda na narrativa do sujeito 2 a importância de saber aonde quer chegar. Apesar de o sujeito não narrar que está na Incubadora, foi na Incubadora que aprendeu sobre a economia solidária e a importância da coletividade. Narra sobre a cooperativa de coleta seletiva, suas fragilidades e dificuldades, sua desarticulação, principalmente sobre a necessidade de saber aonde quer chegar. Percebeu que pelo modo de produção baseado na coletividade e pela autogestão muitos benefícios podem ser alcançados.

Pela narrativa do sujeito 2, percebemos claramente a importância da Economia Solidária em sua vida, principalmente pelos benefícios trazidos para a comunidade. Sua vida se transformou quando se torna “sujeito” ativo na comunidade e alcança melhoria na qualidade de vida.



O sujeito 2 destaca a conquista do prêmio Bertha Lutz 2010 e a sua importância. Narra também a questão do preconceito contra as mulheres quando estas assumem um papel de liderança. Reafirma o quanto as mulheres precisam lutar para superar as dificuldades e se emancipar.

Leiamos outro trecho da narrativa:

Bertha Lutz foi uma grande feminista, e esse prêmio foi criado em 2000 e pouco e eu **fui escolhida para receber esse prêmio de 2010** pelo senado federal, pelo desenvolvimento dos projetos que esta coordenação e no desenvolvimento humano... (grifo nosso)

Pelo relato, observa-se a consciência de que pela organização as classes populares podem romper com a lógica de dominação capitalista.

Sobre a questão da consciência, Silva, apoiado em Gramsci, afirma que:

[...] a consciência (individual) pode evoluir para auto-consciência (coletiva), de modo que o sujeito, no interior da própria lógica do capital, pode constituir uma visão crítica acerca dos processos históricos e das relações de poder, de forma a agir no sentido de sua superação. A condição da auto-consciência seria, nesse sentido, concretizadora da vontade de um sujeito não individualizado, mas sim coletivo, engajado na superação real da opressão, na qual o que é idealizado pela consciência se materializa tanto na ação real como na auto-consciência dos indivíduos integrantes de um coletivo emancipado. Não haveria, na materialidade do sujeito da vontade concreta, a dicotomia ideal-real, teoria-prática. (GRAMSCI, 1987 apud SILVA, 2008 p. 91).

Por meio da economia solidária os sujeitos podem construir um canal de organização das mulheres no sentido destas se constituírem sujeitos autônomos, libertando-se, inclusive da dominação do gênero masculino.

Pelos trechos analisados entendemos e que a Economia Solidária se apresentou uma nova forma de se organizar: na sociedade, para o trabalho e para a geração de renda, produzindo transformações como:

Consciência crítica; Cooperativa formada pela comunidade; Luta por benefícios coletivos; Organização social; Autogestão; União de pessoas; Conquistas para a comunidade como: posto de saúde e vila olímpica; Ocupação adequada do espaço público; Consciência de que Estado tem o dever proteger os cidadãos; Relação com o Estado; Organização e consciência de classe; Ambiente para troca de experiências e crescimento mútuo; Acesso aos recursos públicos ou privados por meio de projetos elaborados pela cooperativa ou incubadora; Estímulo para obter novos conhecimentos; Participação nos cursos oferecidos pela Universidade e parceiros; Envolvimento com as pessoas e aprendizagem coletiva.



4.3 Narrativa do sujeito 3 gestor da incubadora da Universidade de São Paulo

Nesta parte, busca-se compreender as experiências dos gestores de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Destacamos partes da narrativa:

[...] A gente trabalha aqui, de maneira autogestionária, [...] tem autogestão: toda sexta-feira, a equipe da incubadora se reúne para decidir as coisas mais importantes ou o que a gente queira que tenha que ser decidido coletivamente, ou os nortes para decisões coletivas de outros grupos de atuação interna.

Isso é [...] a gente tenta trabalhar e fomentar a economia solidária, e economia solidária tem a ver com trabalho de autogestão, um trabalho de cooperativa, uma das forças motrizes maiores acredito das cooperativas é o trabalho autogestionário. É o trabalho de uma relação humana diferenciada, e a gente acredita que não dá para você ficar falando na ponta que você quer trabalhar com isso, sem você trabalhar com isso, porque você não tem experiência, porque a questão de trabalhar com uma cooperativa, trabalhar com economia solidária é trabalhar com uma experiência, com um comportamento, com uma cultura de coletivo, com uma cultura de decisão coletiva, e a gente não tem isso. Tipo quando a gente, a gente tem é alguém que no final bate o martelo e decide: "Oh! Vai ter que ser desse jeito", e quando não tem isso, é um entrave porque tem você que quer uma coisa, tem outra pessoa que quer outra, e como que a gente vai fazer? Se os dois acreditam piamente que são opiniões opostas, da para construir junto. A gente acredita que dá, e é isso que a gente está tentando fazer aqui.

Esse gestor traz em sua narrativa uma questão extremamente significativa relacionada à experiência de autogestão, ou seja, acredita que para se trabalhar com a lógica da cooperativa é preciso que o grupo gestor vivencie esse processo também, de forma que "toda a equipe da incubadora se reúne para decidir as coisas mais importantes ou o que a gente queira que tenha que ser decidido coletivamente, ou nortes para decisões coletivas".

O gestor destaca a questão do coletivo como um exercício, como algo a ser aprendido por todos os envolvidos e, nesse sentido, Singer (2002, p. 20) afirma que a autogestão é ou deveria ser totalmente diferente da lógica capitalista, porque, "primeiro os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte".

Na Economia Solidária (SINGER, 2002, p. 20), "a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão".

No entanto, o autor aponta que decidir coletivamente leva mais tempo, pois é preciso ouvir a manifestação de todos para se chegar a um consenso. É o processo de



aprendizagem coletivo que vai viabilizar a cooperativa mesmo antes dela começar a funcionar, pois a existência da cooperativa passa necessariamente pela vivência do coletivo.

No caso específico das cooperativas populares vinculadas às Universidades, Singer (2008, p. 292) aponta que o grupo gestor tem um papel importante na perspectiva de “formular alternativas e explicar os pós e os contras de cada uma”, sem exercer sua autoridade, mas trazendo sua experiência e conhecimentos científicos. No que se refere a como participar da Incubadora, o gestor da cooperativa da USP aponta duas formas: a primeira, pelo mapeamento junto às associações e entidades que trabalham com geração de renda e trabalho; e, a segunda, pela própria procura dos grupos comunitários junto a Incubadora. Percebe-se claramente pela narrativa abaixo a importância no que se refere a autoestima.

Observemos a narrativa do sujeito:

Isso é uma coisa que a gente vê nos grupos que a gente trabalha muito forte, incrivelmente forte, as pessoas elas começam a ter um ganho de enorme, elas começam valorizar [...] **autoestima** fazendo e o que elas estão construindo, então nisso de resultado é estrondoso, de pessoas que falavam assim e de repente você vai vendo a postura corporal mudando, ela levanta, ela sobe, ela cresce, entende, ela não fala mais com a mão na boca, ela não tem mais vergonha de falar sabe, isso é gritante, isso é lindo assim o nosso trabalho. (grifo nosso)

Observemos pela narrativa do sujeito abaixo a importância da incubadora:

[...] trabalhar com uma outra perspectiva de vida, com essa incubadora aqui que a gente é auto-gestionário rudes, é... é vivenciar economia solidária, vivenciar na pele todos os seus problemas, aquela pessoa que você não suporta que vai ficar falando sem parar e ela grita e ela é brava, e é insuportável, mas ela é uma outra pessoa e você vai ter que aprender a trabalhar junto com ela. E você vai trabalhar junto, e você vai valorizar a diferença dela e tentar mostrar as coisas que te incomodam nela, e nisso aprender a trabalhar e decidir coletivamente, e como que se organiza e como você faz as coisas, e isso é eu acho um ganho muito grande pra gente aqui, [...] tipo sabe aquele negocio de empresa capitalista de vestir a camisa, não é isso, é muito mais tipo eu faço parte, é meu também, então as pessoas aqui elas tipo vivenciam esse lugar, isso é muito bom...

Para o gestor da USP, a incubadora é um ambiente de aprendizagem coletiva, ou seja, trabalha em uma perspectiva de vida diferente da perspectiva capitalista. Significa vivenciar os problemas de forma coletiva, trabalhar junto e reconhecer o outro como uma pessoa com suas qualidades e defeitos.

De outro lado, entendemos que o processo de desalienação favorecerá a consciência de si como sujeito livre e autônomo, como também a consciência de classe.



Em relação ao papel das incubadoras de cooperativas populares, Barbosa (2007, p. 151) afirma que:

[...] as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP) funcionam como apoio efetivo por um tempo que varia de dois anos a mais e oferecem infra-estrutura com local para instalações da produção, reuniões, escritórios e central de negócios, além de equipamentos e condições para telefonia, internet e computadores, bem como assessoria e formação para condução dos negócios e gestão cooperativistas.

Quanto ao financiamento, o gestor da Incubadora da USP afirma:

[...] PROLINC que é um financiamento que agora foi regularizado pras incubadoras que é da SENAES, que normalmente tem algum ministério por traz; um MTE, MDS, esses ministérios e a gente escreve também para o PNUD, Programa das Nações unidas, a gente escreve para o que dá

O gestor traz ainda em sua narrativa uma questão extramente significativa em relação a quem financia os projetos: aponta a contradição existente entre o fato de necessitar de recursos para a continuidade do projeto e, na ausência de recursos estatais, recorre à iniciativa privada, o que, em sua opinião, contraria os princípios defendidos pela cooperativa.

Concordamos com o gestor, pois ao pensarmos em economia solidária invariavelmente a concebemos a partir de uma lógica contrária à do mercado, do capital, visto que a Economia Solidária se baseia em princípios coletivistas.

Assim, quando a cooperativa necessita buscar recursos na iniciativa privada, parece-nos realmente uma contradição.

Pelos trechos analisados entendemos e que a Economia Solidária se apresentou uma nova forma de se organizar: na sociedade, para o trabalho e para a geração de renda, produzindo transformações como:

Utilização de autogestão como base; Cooperativa formada pela comunidade; Vivência da experiência de autogestão; Aprendizagem coletiva; Exercício do coletivo deve ser aprendido por todos os envolvidos; Criação de indicadores com base na pessoa como renda, qualidade de vida e expectativa de vida; Vivência de resgatar a autoestima dos considerados marginalizados pela sociedade capitalista; Valorização do trabalhador em coletividade; Ganho de autonomia para os participantes; Aumento de renda para os participantes; Falta de investimento pelo Estado em relação aos investimentos em empresas privadas; Ausência de tempo padrão para formação das cooperativas; Ambiente de aprendizagem coletiva; Atuação em rede; Organização social; União de pessoas; Ambiente para troca de experiências e crescimento mútuo; Participação dos



cooperados em cursos oferecidos pela Universidade e parceiros e envolvimento com as pessoas.

4.4. Narrativa do sujeito 4 - gestor da incubadora do Rio de Janeiro

O sujeito levanta a importância da Incubadora de Cooperativas para aqueles trabalhadores que depois da reestruturação produtiva continuam fora do mercado de trabalho e provavelmente não serão absorvidos por ele. Sobre essa questão, Leboutte afirma que:

[...] a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da COPPE/UFRJ, vem atuando [...] na perspectiva de apontar alternativas distintas da busca individual pela sobrevivência. A proposta coletiva agrega valores ao grupo e utiliza como principal instrumento a formação de cooperativas. Vale registrar que o modelo escolhido, o cooperativismo, é na verdade, uma releitura do cooperativismo tradicional brasileiro de origem rural, a partir de uma realidade urbana de exclusão. (2003, p. 14).

Leboutte (2003, p.14) afirma ainda que “o primeiro resultado transformador da realidade é, sem dúvida, a união de forças”.

O sujeito cita que a Incubadora, além de atuar na formação de cooperativas, oferece outros serviços como: curso de formação política, curso de gestores, serviço de reinserção social de pessoas com deficiência mental, serviço de desenvolvimento local com base no turismo e outros.

O sujeito, em sua narrativa, destaca a importância do grupo, do coletivo. Entendemos que, de fato, as cooperativas existem quando se incorpora o “coletivo”, como um processo construído, aprendido:

Vejamos outro trecho:

[...]as pessoas que passam por aqui não continuam a mesma coisa ela tem um processo de transformação muito forte [...] mas como cidadão ele ficou com um outro olhar sobre o mundo. Isso pra gente é um indicador de resultado positivo, apesar de como empresa não necessariamente ter sido. . (grifo nosso)

O gestor da incubadora da UFRJ reafirma que o importante no processo de incubação é o conceito de cidadania alcançado pelos cooperados. A cooperativa pode não dar certo enquanto empresa, mas se os cooperados tornaram-se cidadãos, o resultado foi positivo. É nesse sentido que o gestor afirma que a cooperativa não é um fim, e sim um meio para se alcançar a cidadania dos cooperados. Os objetivos da cooperativa, conforme expressa o sujeito, são mais do que atingir metas quantitativas,



mas, o que realmente importa é que os sujeitos tomem consciência de si, quer dizer, que tomem as suas histórias nas mãos e revertam as condições de vida coletivamente.

A partir da compreensão da constituição do sujeito coletivo, entende-se a formulação do gestor da UFRJ em relação à tomada de consciência do sujeito individual como o ponto de partida para uma ação coletiva, inclusive com a possibilidades de lutas mais amplas.

Vejamos outro trecho da narrativa:

[...]a gente entende **é que não há um resultado, há uma mudança e a gente tem um sistema de indicadores** não sei se você já viu, ele trabalha o que, o importante.... (grifo nosso)
Perguntamos ao gestor acerca dos benefícios de se participar de uma incubadora tecnológica de cooperativas populares: [...] Um é desfrutar do conhecimento e do meio ambiente isso é positivo, outro positivo é a própria marca que leva da universidade. [...] A marca da universidade ela é muito positiva na medida em que ela vai acabar com determinada estigma que ela vai enfrentar....

O gestor aponta os benefícios do processo de incubação, que são muitos, a iniciar pelos estudantes, os quais assumem, como estagiários, papel ativo no processo e participam, contribuindo com o conhecimento adquirido, como exemplo: elaborar contrato, organizar documentos, elaborar atas, projetos para subvenção, gestão de projetos, comunicação, mapeamento de áreas, registro de histórias, enfim, uma ampla multidisciplinaridade útil para a vida da Incubadora e beneficiários. Eles têm a oportunidade de vivenciar as atividades práticas do dia a dia do profissional.

Outro benefício é em relação ao cooperado que tem a oportunidade de participar da troca de conhecimento, manifestar sua opinião, ser ouvido, ser considerado como um ser integrante do grupo e com voz.

Entende-se a Incubadora como o ambiente para o trabalho interdisciplinar. Nessa questão, Pinto (2007, p. 8) afirma que:

[...] em todas as áreas do conhecimento científico, comprovou-se ter sido a capacidade de trabalho, enquanto atividade constituída de “planejamento” e “execução”, o diferencial dos seres humanos frente aos demais seres vivos, no metabolismo que processam com o meio ambiente para sobreviverem.

Em relação ao financiamento, a narrativa do sujeito gestor da UFRJ aponta:

A gente tem na realidade um conceito de financiamento no Brasil muito confuso ora, a gente entende financiamento como dinheiro ou fundo perdido, porque você vai falar num banco, vamos financiar você. Tá falando de dinheiro com retorno. Quando você fala no setor público então



financiar tem várias e quando se busca um retorno aí não é financiamento, é um apoio. e então, a palavra financiamento ela é perigosa, porque não é patrocínio, ela espera um resultado, são as encomendas, , o cara contrata a gente para erguer mais (risos) aí não é bem financiamento (risos) é o setor público, ministérios, são editais diretos, é através de vencimentos de edital. A gente participa de muito edital....

Em relação ao financiamento, o sujeito é enfático em afirmar que as incubadoras não recebem “financiamento” no sentido estrito, comercial, capitalista. As Incubadoras dependem de apoio governamental para cumprirem seus objetivos, principalmente a incubadora de cooperativa popular, quer dizer, são ações públicas, voltadas para programas de inclusão social. Nesse sentido, a FINEP, a Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, ANPROTEC, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento, Estados e Municípios são importantes para disponibilizar recursos por meio de programas de geração de renda e trabalho.

[...] a participação da universidade ela **é fundamental** no **processo**. [...] A equipe é muito multidisciplinar, [...] **até a coordenadora é química**, química; a Lucia é editora; eu sou arquiteto vai ter , que tem aqui acontece por exemplo, às vezes é temos um estudante de geografia faz estágio. aí vai chamando, então há uma concentração em um determinado período de estudante de geografia, outra de engenharia de produção, mas isso é muito mais porque um vai chamando o outro, por exemplo agora não tem ninguém na área de direito já teve então essa interdisciplinaridade ela é pré-requisito mas ela ocorre de forma espontânea e na realidade porque o foco esta no projeto e aí todo mundo tem que trabalhar, não tem especialistas da área aqui por exemplo quem vai dar aula de cooperativismo é qualquer um que vai fazer projeto de plano de negócio. É qualquer um, então não tem esse especialista, são todos.... (grifo nosso)

O gestor da incubadora da UFRJ destaca, em sua narrativa, a questão da interdisciplinaridade como elemento significativo na efetivação da Incubadora. Explica que a diversidade de áreas do conhecimento não é impeditiva para a consecução da proposta, ao contrário, embora uma área encontre maior ou menor facilidade na ação, todas contribuem para o desenvolvimento. O gestor reforça a questão da interdisciplinaridade pelo fato dos participantes terem a oportunidade da reciprocidade e da mutualidade, ninguém é mais que ninguém, todos opinam e se manifestam, portanto possibilidade de desenvolver novas atitudes diante de um fato, de um problema, possibilidade de transformação de um ser em estado fragmentado e isolado para um ser emancipado e humano.

Para uma pessoa interessada em participar de uma incubadora, ou um [...] eu diria o seguinte: a chance, como na agricultura, a chance de fertilidade que tem, depende muito do solo que você joga a semente, você pode ter uma semente da melhor qualidade se o solo for inóspito, ela não



se reproduz; então, se tiver hidratada com calor, com alimento, ela se reproduz. e então, eu acho que a incubadora é a possibilidade de ter um terreno mais fértil na hora da germinação, então é a hora que a planta está mais frágil, quando ela sai do processo da semente para uma planta madura. A época que ela encara mais frágil a época do nascimento, então na minha concepção é a possibilidade de ter um solo mais fértil mais protegido na hora do nascimento, então eu acho que ela não muda a qualidade da semente, mas ela pode propiciar condições. Como que eu diria, pode controlar mais as variáveis, controle sobre os aspectos de tempo, idade aquelas características no momento de fragilidade do que tá em um solo, que é difícil conseguir, não é impossível você fazer carreira solo, não é que não exista os cantores de carreira solo. Mas ela tem muito mais chance de sobreviver sendo um coral do que sendo carreira solo e se esse coral estiver instruído de uma “entonalidade” a chance de erro dela é menor. Ela não elimina as falhas, nem as doenças do nascimento, mas ela propicia um ambiente mais seguro.

O sujeito 4 reforça a importância da Incubadora, como ambiente propício ao desenvolvimento de um grupo previamente organizado, ou seja, entende que quando pessoas se unem para uma proposta de cooperativa – é o momento do “lançar a semente”. No entanto, esse processo é longo, requer cuidados, vontade, dedicação e, sobretudo, o desejo de que nasça algo novo: “uma nova planta”.

Compreendemos pela narrativa do gestor da incubadora da UFRJ a importância de se acreditar na cooperativa como um instrumento de socialização, de emancipação e de autonomia construído a partir do coletivo, que a Incubadora constitui-se para a formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários, com princípios de autogestão, constituindo-se como alternativa de trabalho, de renda e de cidadania.

Pelos trechos analisados entendemos e que a Economia Solidária se apresentou uma nova forma de se organizar: na sociedade, para o trabalho e para a geração de renda, produzindo transformações como:

Participação de diversas Instituições Públicas para lançar o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e elaboração com publicação do Manual para implantação de Incubadoras; Mudança de uma forma de pensar, foco na geração de trabalho e renda e não na empresa; Foco na pessoa; Apoio aos trabalhadores da periferia com pouca formação escolar e profissionalizante; Apoio à população de baixa renda e que sempre vive na informalidade; Acesso a financiamento público; Trabalho com desempregados; Trabalho com políticas públicas; Oferecimento de cursos de formação política, de gestores, serviços de reinserção social e serviço de desenvolvimento local com base no turismo e outros; Importância do processo de incubação e de cidadania alcançado pelos cooperados; Objetivo da incubadora é mais que atingir metas: que os sujeitos tomem consciência de si, de suas histórias e revertam as condições de vida; Tomada de



consciência do trabalhador; Estagiários que assumem papel ativo, contribuindo com o conhecimento adquirido; Ambiente de troca de conhecimento; Ambiente para manifestar opinião; Ambiente para ser ouvido; Ambiente no qual o participante sente ser integrante do grupo e com voz; Metodologia de incubação voltada para empreendimentos solidários; Participação de universidades é fundamental; Ambiente interdisciplinar e autogestão como base.

Ressalta-se o fato de que estar em uma universidade, possuir rede de relacionamento e manter-se em pleno funcionamento com toda a dificuldade e sem recursos significa que a Incubadora alcança resultado satisfatório junto à sociedade com a utilização dos conceitos de Economia Solidária.

CONCLUSÕES APROXIMATIVAS

Pelas experiências das cooperadas indicam benefícios alcançados que permitem perceber em quais aspectos as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares possibilitam a autonomia e a geração de renda e trabalho dos sujeitos. Nas narrativas das cooperadas depreendem-se indicativos acerca do papel do trabalho coletivo em suas vidas, favorecendo a tomada de consciência de si, do outro, bem como dos limites e possibilidades postos na relação com o Estado e com o mercado.

As mulheres – sujeitos da pesquisa – destacam a importância da participação nas cooperativas como forma de romper com a dominação de gênero e a subalternidade. Destacam, ainda, a possibilidade de organização das comunidades com vistas à conquista de direitos.

Observa-se o fortalecimento dos sujeitos cooperados no sentido de se apropriarem daquilo que formalmente está estabelecido como direito, mas que, na prática, não é efetivado, a não ser pela via da mobilização e do protesto social.

Outro aspecto relevante identificado nas narrativas se refere à ocupação dos espaços públicos, quer dizer, as cooperativas abrem a possibilidade de tornar visíveis àqueles que estavam invisíveis, sobretudo no que tange aos espaços e recursos públicos. Constituí-se, conforme os sujeitos da pesquisa, em um espaço de aprendizagem, visto que, por conta das demandas inerentes ao processo, elas puderam entrar em contato com o mundo das finanças e do mercado e decidir sobre as formas de solucionar os problemas surgidos.

Destaca-se também a oportunidade de troca de saberes entre as cooperadas e os representantes da universidade, quebrando a lógica de hierarquia entre os saberes.



As narrativas dos sujeitos gestores destacam os benefícios, os modos de gestão, limites e possibilidades da economia solidária, como estratégia para o enfrentamento do desemprego.

Os gestores entendem a cooperativa como uma estratégia pedagógica com vistas à autonomia e emancipação dos sujeitos, visto que a maior parte destes advém dos estratos pobres, com baixos níveis de escolarização, sem inserção, na maioria das situações, no mercado formal de trabalho. Ainda destacam que, mais do que atingir metas, as cooperativas visam aos sujeitos e seu processo de tomada de consciência como sujeitos de sua história. Esse é um dos principais ganhos para os indivíduos que são cooperados, tendo em conta a história brasileira de marginalização das classes subalternas no processo decisório.

Do ponto de vista do trabalho, os gestores destacam a importância da aprendizagem do trabalho coletivo como forma de os trabalhadores experienciarem a socialização de recursos e capacidades humanas.

Os sujeitos gestores pontuam a relevância da autogestão, fato que, segundo eles, permite a autonomia e a responsabilização dos sujeitos envolvidos, distanciando-se, desta forma, da lógica capitalista, na qual, a decisão está longe das mãos do trabalhador. Aliás, por não se apropriar na lógica capitalista do processo produtivo em sua totalidade, como também da mercadoria produzida, o trabalhador sente-se estranho, alienado.

Os gestores apontam também para a necessidade de o Estado prover os recursos necessários ao financiamento das cooperativas, bem como insumos técnicos, considerando-as como políticas públicas, como direitos do cidadão, ainda que existam já mecanismos institucionais para isso. Nesse sentido, com respeito ao financiamento, afirmam a centralidade do Estado na condução da política de geração de emprego e renda, sem descartar, contudo, as parceiras com o setor privado.

Um último destaque nas narrativas dos gestores se refere ao papel da universidade junto aos trabalhadores (as), de forma a subsidiar, por meio de projetos de extensão universitária, a criação de cooperativas e de práticas que promovam a autonomia desses indivíduos.

Conclui-se que os conceitos da Economia Solidária contradizem ao modo de produção capitalista. Ficou claro pelas narrativas que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares utilizam os conceitos da Economia Solidária, estimulando e formando cooperativas, com autogestão, distribuição igualitária, utilizando conselhos e reuniões permanentes, bem como o preceito em que cada homem é um voto e a elaboração de Estatutos, respondendo, assim, às demandas de sobrevivência de



trabalhadores em situação vulnerável e contribuindo para a sua autonomia, geração de trabalho e renda.

Os benefícios alcançados ao participar da Incubadora pela vivência da experiência de autogestão buscam por soluções que atendam às necessidades dos trabalhadores (as) que estão fora do mercado, com pouca formação, sem profissionalização e que provavelmente nunca se insiram no mercado formal.

A importância de a universidade assumir o protagonismo juntamente com os sujeitos cooperados na busca de soluções que atendam às necessidades dos (as) trabalhadores (as) que estão fora do mercado e que as incubadoras de cooperativas se constituam um campo de excelência de aprendizagem para os alunos de todas as áreas do conhecimento visto se tratar de um campo interdisciplinar.

Percebemos claramente que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm um importante papel social na vida de muitas (os) trabalhadoras (es) brasileiras (os), na medida em que possibilitam a autonomia do ponto de vista da renda, ainda que pouca, e colocam no horizonte novas formas de consciência e organização da classe trabalhadora.

Por fim, entendemos que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares contribuem com orientação, formação, acesso a recursos financeiros ou econômicos, público ou privado e na realização de parcerias com Instituições Governamental ou não, para a autonomia e a geração de trabalho e renda dos trabalhadores participantes.

Referências

- AMATUZZI, Mauro Martins. A subjetividade e sua pesquisa. **Memorandum**, Belo Horizonte: UFMG, Ribeirão Preto: USP, n.10, p. 93-97, abr. 2006. Disponível em:< <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/amatuzzi03.pdf>.> Acesso em: 20 jun. 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, São Paulo, ano 23, n. 69, p. 107-120, mar. 2002.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.



BARBOSA, Rosângela N. de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior** (CONAES). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13082:apresentacao-conaes&option=com_content&view=article->. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCT. Secretaria de Política Tecnológica Empresarial. **Manual para Implantação de Incubadoras de Empresas**, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0002/2219.pdf> Acesso em 24 fev. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária e autogestão:** imprecisões e limites. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases de uma nova política pública de qualificação**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf> Acesso em: 31 out. 2011.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio 2006.

BUARQUE, Cristóvam. **Praticar Economia Solidária é um ato subversivo**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://sites.marista.edu.br/ims/2010/06/16/praticar-economia-solidaria-e-um-ato-subversivo/>> Acesso em: 27 fev. 2012.

CHAHAD, José Paulo Zaetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides (Coord.). **Manual de Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 381-405.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/12>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

ITCP-USP. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/nobel/historia>> Acesso em: 26 fev. 2012.

ITCP-COPPE--UFRJ.Sistemas. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/sistemas.php>> Acesso em: 26 fev. 2012.



LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista Rae**, São Paulo, v. 45, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.ims.org.br/?p=977>> Acesso em: 18 ago. 2010.

MARQUES, Lilian Arruda; SANCHES Solange. **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010.

MARQUES, Luciana Rosa. A autonomia da escola nas representações sociais dos membros do conselho escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2003.

MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. Os Métodos na Pesquisa: A Pesquisa Qualitativa. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, Recife: Editora Universitária da UFPE, ano V, n. 9, p. 117-129, jan./jun. 2005.

MARTINS, Moisés de Lemos. Espaço Público e Vida Privada. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 27, p. 157-172, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção: Os pensadores).

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n. 25, p. 341-349, 1991.

MORAN, Carlos A. Azabache; WITTE, Gilson. A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, ano 1, n.1, p.119-141, mar. 1993.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 44, jan. 2005.



OLIVEIRA, Kleber F.; JANNUZZI, Paulo de M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

OLIVEIRA, Ramon de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.2, p. 249-263, jul./dez. 2003.

ORTIZ ROCA, Hector. **Economia Solidária**: hacia una nueva civilizacion. Lima: Grupo Red de Economia Solidária del Peru, 2001.

PEREIRA, Adriane Alice. Os benefícios do fomento. **Revista LOCUS**, p. 25, dez. 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylotismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular. 2007

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. p. 14- 43.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. **Texto para discussão nº 1099** - Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil- 1991-2003. Rio de Janeiro: IPEA/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, jun. 2005.

SANTOS, Carlos Alberto. CNPQ e SEBRAE assinam convênio técnico para estimular inovação. **Revista LOCUS**, p. 10, dez. 2010.

SEBRAE. **Desenvolvimento territorial**: economia solidária. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/economia-solidaria>> Acesso em: 18 ago. 2010.

SENADO FEDERAL. **Diploma Bertha Lutz**. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/berthalutz/default.shtml>> Acesso em: 13 out. 2011.

SILVA, Eduardo Pinto. As concepções de subjetividade em Gramsci e Lukács e a praxis educacional. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 90-102, maio/ago. 2008.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados Online**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, jan./abr. 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142008000100020&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 18 ago. 2010.